## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01.2017

Câmara de Vereadores de Nova Roma do Sul Edital de Pregão presencial nº 01/2017

Tipo de julgamento: menor preço global

*Edital de pregão* ***exclusivo para micro empresas beneficiadas pela LC 123/06*** *para a contratação de empresa para manutenção de site.*

##### A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ROMA DO SUL,

**MARINA PANAZZOLO,** no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **14 horas do dia 26 do mês de junho do ano de 2017**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul, localizada na Rua Júlio de Castilhos, n° 895 se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a **contratação exclusiva de empresas beneficiadas pela LC 123/06** para prestação dos serviços descritos, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 805/2007, de 02 de maio de 2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93, **bem como as Leis Complementares 123-06 e 147-2014.**

##### DO OBJETO:

* 1. A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço total por item dos bens especificados no objeto detalhado **(Anexo I deste Edital)**.

##### DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital e **comprovar ser micro empresa ou empresa de pequeno porte**, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

##### A CÂMARA DE VEREADORES DE .................... EDITAL DE PREGÃO Nº ......

**ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA**

**PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**----------------------------------------------------------------- A CÂMARA DE VEREADORES DE .................... EDITAL DE PREGÃO Nº ......**

**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

1. **DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:**
   1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.
      1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.
   2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.
   3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
2. se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
   1. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
   2. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
   3. Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
   4. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
   5. Registro comercial, se empresa individual.
3. se representada por procurador, deverá apresentar:
   1. Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
   2. Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

* 1. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.
  2. Deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**, em razão do previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006.
     1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

##### DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

* 1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº s 01 - PROPOSTA e 02

- DOCUMENTAÇÃO.

* 1. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
  2. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas**,** as quais deverão:

##### Comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

1. **Apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.**
2. **Comprovar, conforme item 3.5, ser empresa beneficiada pela LC 123/06 e alterações.**
3. **DA PROPOSTA DE PREÇO:**
   1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Câmara em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:
4. Razão social da empresa;
5. Descrição completa dos produtos e serviços ofertados, marca e demais dados técnicos;
6. Preço global líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que

eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

##### Observações:

1. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

##### Não serão aceitas propostas que excedam o limite fixado no objeto.

1. **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**
   1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
   2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
   3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
   4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será reali- zado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
   5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a

palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

* + 1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 3 min. (três minutos) para apre- sentar nova proposta.
  1. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
     1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R$ 100,00 (cem reais).
  2. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a pro- ponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.
  3. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo prego- eiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
  4. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformida- de entre a proposta escrita de menor preço global e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
  5. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
  6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.
  7. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço global, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.
  8. Serão desclassificadas as propostas que:

1. Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
2. Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
3. Afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;

**b)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

* 1. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
  2. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
  3. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de administração deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.
  4. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

##### DA HABILITAÇÃO:

* 1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:
     1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358- 02;
     2. Comprovação de possuir em nome da licitante, Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no órgão competente, comprovando a execução de serviço compatível.

##### HABILITAÇÃO JURÍDICA:

* + - 1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
      2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
      4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.1.2.1** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

##### REGULARIDADE FISCAL:

1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), que comprove

regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

1. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
3. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

##### REGULARIDADE TRABALHISTA:

**a)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**.**

* 1. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**Observação:** Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

* 1. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.
     1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Câmara, desde que seja requerido

pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

* + 1. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
    2. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
    3. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea *a*, deste edital.
  1. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

##### DA ADJUDICAÇÃO:

* 1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
  2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
  3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

##### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

* 1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.
  2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de

03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

* 1. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
  2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

##### DOS PRAZOS E DA GARANTIA:

* 1. Esgotados todos os prazos recursais, a Câmara, no prazo de 10 (dez) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
  2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
  3. A entrega dos serviços deve se dar em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.
  4. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em conforme *caput* do art. 57 da Lei de Licitações.

##### DO RECEBIMENTO:

* 1. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
  2. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

##### DO PAGAMENTO:

* 1. O pagamento será efetuado contra empenho, em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos serviços e materiais, por intermédio da Câmara de Vereadores de Nova Roma do Sul e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 01.02

2.003 Divulgação dos Trabalhos legislativos

3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU (40)

Fonte: 01- Livre

* 1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
  2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a

substituí-lo, e a Câmara compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

##### DAS PENALIDADES:

* 1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
2. Manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara pelo prazo de 2 anos;*
3. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
4. Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
5. Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
6. Inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
7. Inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a* Câmara *pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
8. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: d*eclaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10*

*% sobre o valor atualizado do contrato.*

* 1. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
  2. Nenhum pagamento será efetuado pela Câmara enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

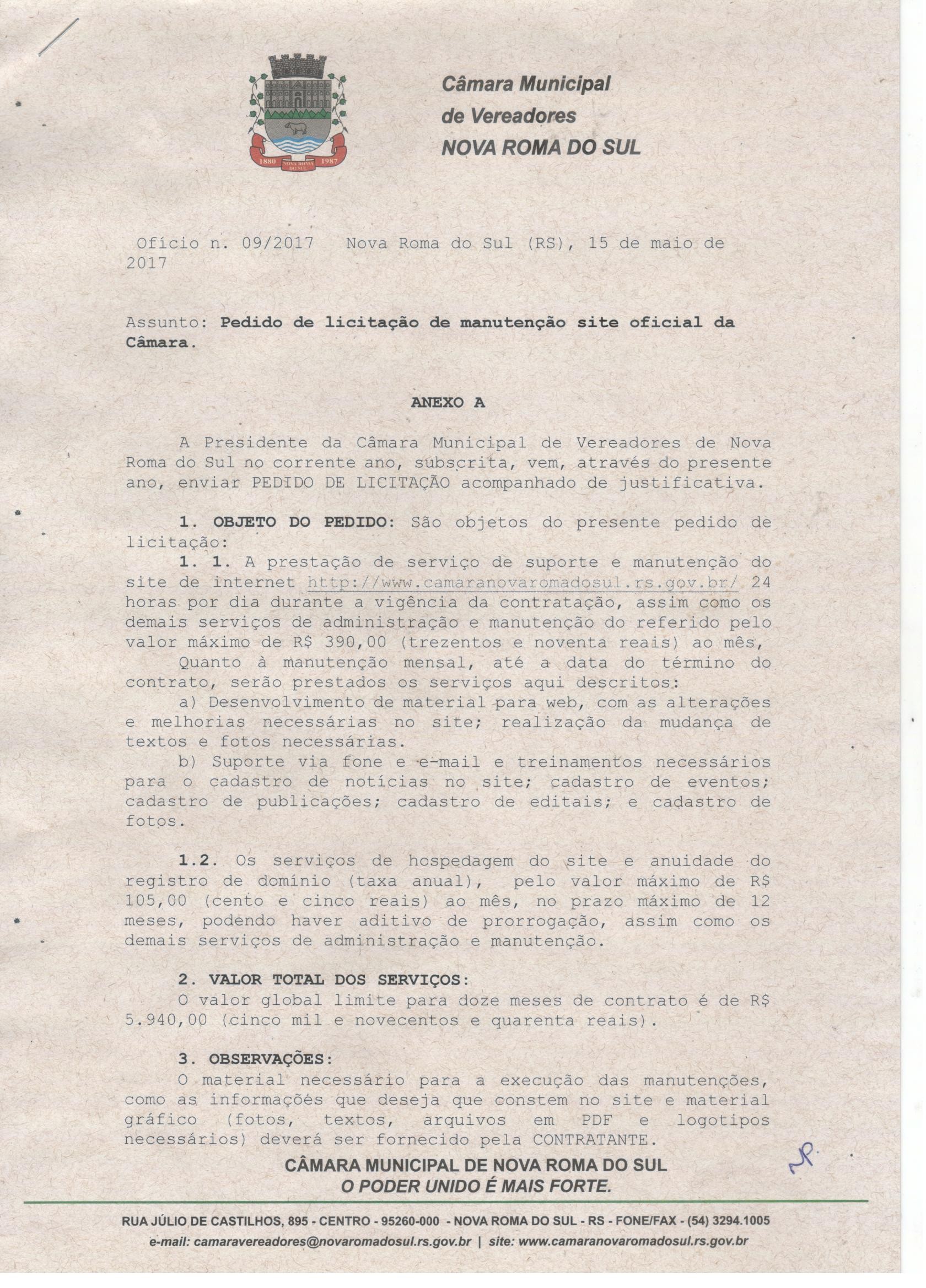
* 1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Nova Roma do Sul, setor de administração, sito na Rua Júlio de Castilhos, nº 895, ou pelos telefones (54) 3294-1005, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.
  2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de administração.
  3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
  4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.
  5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
  6. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos item 7.1.3, alíneas *b, c* e *d*, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Câmara.
  7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se

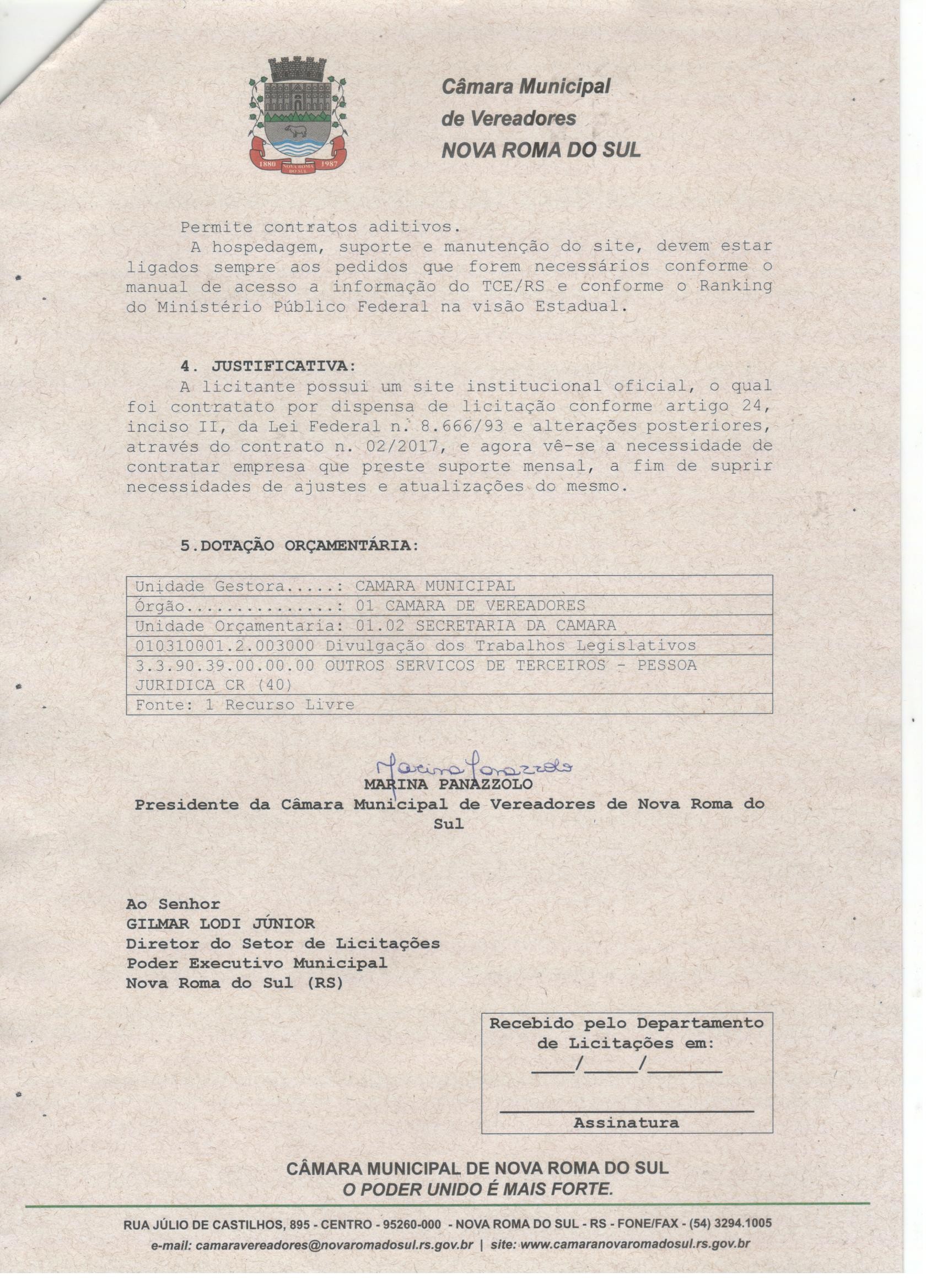
fizerem necessários, por conveniência da Câmara, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

* 1. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
  2. A Câmara poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).
  3. Fica eleito o Foro da Comarca de Antônio Prado para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
  4. Fazem parte integrante deste edital: Anexo I: Termo de Referência; Anexo II: Minuta do Contrato.

Nova Roma do Sul, 07 de junho de 2017.

MARINA PANAZZOLO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES





***OBS: A PRESENTE MINUTA DE CONTRATO TEM CLÁUSULAS GERAIS E UNIFORMES PADRONIZADAS, PODENDO, QUANDO DA FORMULAÇÃO DO CONTRATO DEFINITIVO, SOFRER INSERÇÃO DE NOVAS CLAÚSULAS OU A SUA SUPRESSÃO, COM ADEQUAÇÃO A LEI E O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, BEM COMO EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.***

**ANEXO II**

**CAMARA DE VEREADORES DE NOVA ROMA DO SUL**

**Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 01/2017**

**MINUTA DO CONTRATO**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ROMA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Rua Júlio de Castilhos, 895, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.860.691/0001-11, neste ato representada pela sua Presidente da Mesa Diretiva Srta. **Marina Panazzolo,** brasileira, solteira ,inscrita no RG nº 5086104618, e no CPF sob o nº 026.592.700-58, residente e domiciliada na Avenida Júlio de Castilhos, 975, centro, Nova Roma do Sul (RS), doravante designada como **CONTRATANTE** e, de outro lado,

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, pessoa jurídica de direito privado

### inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com domicílio/ sede

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, em conformidade com os dispositivos previs tos pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, têm como justo e contratado o disposto nas cláusulas abaixo transcritas:

**Cláusula Primeira** - São objetos do presente pedido de licitação:

### 1. 1. A prestação de serviço de suporte e manutenção do site de internet http:// www.camaranovaromadosul. rs. gov.br/ , 24 horas por dia durante a vigência da contratação, assim como os demais serviços de administração e manutenção do referido .

Quanto à manutenção mensal, até a data do térmi no do contrato, serão prestados os serviços aqui descritos:

1. Desenvolvimento de material para web, com as alterações e melhorias necessárias no site; realização da mudança de textos e fotos necessárias.
2. Suporte via fone e e-mail e treinamentos necessários para o cadastro de notícias no site; cadastro de eventos; cadastro de publicações; cadastro de editais; e cadastro de fotos.

1.2. Os serviços de hospedagem do site e anuidade do registro de domínio (taxa anual).

1.3 O material necessário para a execução das manutenções, como as informações que deseja que constem no site e material gráfico (fotos, textos, arquivos em PDF e logotipos necessários) deverá ser fornecido pela CONTRATANTE.

Permite contratos aditivos.

A hospedagem, suporte e manutenção do si te, devem estar ligados sempre aos pedidos que forem necessários conforme o manual de acesso a informação do TCE/ RS e conforme o Ranking do Ministério Público Federal na visão Estadual.

**Cláusula Segunda** – **A CONTRATADA** obriga-se a prestar os serviços nos termos da cláusula primeira do presente e no anexo I do certame, cujo qual faz como se transcrito fosse, no prazo de 10 (dez) dias a contar da autorização emitida pela Presidência da Câmara.

**Parágrafo Único.** Em caso de atrasos, além das previsões constantes no edital do certame, serão impostas a **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

1. Ao Licitante vencedor deste certame, que se recusar injustificadamente, a entregar o objeto desta licitação, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta, podendo ser aplicada as penalidades no artigo 87 da lei 8.666/93;
2. Pela entrega em desacordo com as especificações deste edital, será aplicada, multa na razão de 0,25 % ( vinte e cinco centésimo por cento), por dia, calculado sobre o valor total da proposta até a efetiva regularização da situação, sendo que o prazo para regularização é de até 10 (dez) dias, sendo que após esse prazo, a aquisição será suspensa e será aplicada uma ou todas as penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93;
3. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Licitação além do prazo estipulado no edital, será cobrada multa na razão de 0,25 ( vinte e cinco centésimo por cento), por dia de atraso, calculado sobre o valor total da proposta, sendo que o prazo será de até 5 (cinco) dias, sendo que após esse prazo, a aquisição será suspensa e será aplicada uma ou todas as penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira** - O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**

### pelos serviços ora contratados o valor mensal de **R$**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, no prazo de 30 (trinta) posteriores ao da prestação mensal dos serviços, com a devida nota f iscal.

**Parágrafo Primeiro -** No preço previsto no caput desta cláusula estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas incid entes sobre os serviços contratados, bem como os impostos, frete e demais encargos incidentes, incluídas as despesas de deslocamento, estadia e alimentação de pessoal, caso necessário.

**Parágrafo Segundo** - Não será admitido qualquer reajustamento de preço nos primeiros 12 (doze) meses de vigência do presente contrato.

**Cláusula Quarta** - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL

ÓRGÃO – 01 CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.02 SECRETARIA DA CAMARA 010310001.2.0031000 – Divulgação dos Trabalhos Legislativos

CATEGORIA ECONÔMICA – 3 .3.90.39.00.0000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA CR

CÓDIGO REDUZIDO – 40

Fonte: 001 (Livre)

**Cláusula Quinta** - O presente instrumento terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, em havendo concordância de ambas as partes mediante formalização de termo aditivo e aplicação de reajuste com base na variação anual do IGPM/FGV acumulado no período ou outro índice que por ventura venha em sua substituição.

**Cláusula Sexta** - Se a **CONTRATADA** não cumprir com as normas deste contrato será obrigada a pagar multa de 10% (dez por cento) do valor total do mesmo.

**Parágrafo único** - Além da penalidade mencionada no *caput* desta cláusula, f icam ressalvadas as previstas no edital do certame e na Lei Federal n° 8.666/93, e alterações posteriores.

**Cláusula Sétima** - O **CONTRATANTE** , em relação ao presente contrato, possui as seguintes prerrogativas, de acordo com o artigo 58 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores:

1. - modificá- lo, unilateralmente, para melhor adequação às f inalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
2. - rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 de Lei n° 8.666/93;
3. - f iscalizar- lhe a execução e;
4. - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

**Cláusula Oitava** - Além dos motivos elencados pelos artigos 78 a 80 da Lei Federal n° 8.666/93, dos quais f icam ressaltados os abaixo, este contrato também será rescindido se constatado que o bem adquirido ou serviço contratado não se encontra em ótimas condições:

1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
3. a lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
4. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento; e) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
5. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
6. o desatendimento das determinações re gulares da autoridade designada para acompanhar e f iscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
7. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, ano tadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93;
8. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil; j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado e;

k) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

**Cláusula Nona** - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**Cláusula Décima** - A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a f iscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**Cláusula Décima Primeira** - A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, f iscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

### **Parágrafo único** - A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**Cláusula Décima Segunda** - O presente contrato poderá ser alterado, desde que justificadamente, por acordo das partes, nas situações elencadas no art. 65, Inciso II da Lei 8.666/93.

**Cláusula Décima Terceira** - O presente contrato está vinculado ao procedimento licitatório pregão presencial nº 01/2017 e reger-se-á pelo edital do certame e pela Lei nº 8. 666/93 e suas alterações, as quais juntamente com as normas de Direito Público, resolverão os casos omissos.

**Cláusula Décima Quarta** - A f iscalização, gestão e recebimento do objeto do presente contrato, bem como, sua execuçã o, f icará a cargo da Presidência da Câmara Municipal de Nova Roma do Sul, gerenciada pela assessoria geral legislativa.

**Cláusula Décima Quinta** - As partes elegem o Foro da Comarca de Antônio Prado ( RS), com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, f irmam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Nova Roma do Sul,

\_\_ de

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ROMA DO SUL MARINA PANAZZOLO**

**Presidente Contratante**

**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_